



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Página
247

Processo
05534-0200/17-8

Página da
peça
1

Peça
1554348

DOCUMENTO
PÚBLICO

ACESSO
N00D90BC

PARECER MPC 13155/2018

Processo nº	005534-0200/17-8
Relator:	Conselheiro Alexandre Postal
Matéria:	Contas de Governo - EXERCÍCIO DE 2017
Órgão:	PM DE MATO QUEIMADO
Gestores:	Orlando Thomas (Prefeito) e Joaquim Bourscheidt (Vice-Prefeito)

CONTAS DE GOVERNO. PARECER FAVORÁVEL.
RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

A conduta infringente de normas de administração financeira e orçamentária não impede a emissão de parecer favorável à aprovação das contas do Gestor (Prefeito).

A inexistência de falhas enseja a emissão de parecer favorável às contas do Administrador (Vice-Prefeito).

Para exame e parecer o Processo de Contas de Governo dos Administradores acima nominados.

Registre-se que o Sr. Orlando Thomas (Prefeito) prestou esclarecimentos por meio de Procuradores devidamente habilitados¹, conforme instrumentos de mandatos acostados às peças 1379525 e 1379545.

O Sr. Joaquim Bourscheidt (Vice-Prefeito) não foi intimado para prestar esclarecimentos em razão da inexistência de irregularidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Executivo Municipal.

¹ Vanessa Lopes Pedrozo Demetrio, OAB/RS n. 104401, Daniel Dias Ribeiro, OAB/RS n. 111423, Brunno Bossle, OAB/RS n. 92802 e André Leandro Barbi de Souza, OAB/RS n. 27755.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Página
248

Processo
05534-0200/17-8

Página da
peça
2

Peça
1554348

DOCUMENTO
PÚBLICO

ACESSO
N00D90BC

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

1. A SICM registra a inexistência de processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame.

2. A irregularidade a seguir, constante do relatório Consolidado, de responsabilidade do Sr. Orlando Thomas (Prefeito), desvela a transgressão a dispositivos constitucionais e das normas de administração financeira e orçamentária.

RELATÓRIO CONSOLIDADO SOBRE CONTAS DE GOVERNO

10.1 DOS DOCUMENTOS. - Alínea “c” - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015. Constataram-se inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial (peça 833170), tendo em vista que os saldos iniciais de algumas contas, no exercício de 2017, estão diferentes dos saldos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como ocorreram alterações de códigos de várias contas, conforme consulta ao SIAPC acostada à peça 1230524. Tais situações evidenciam a realização de lançamentos contábeis posteriores ao encerramento do exercício, demonstrando não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos não compromete gravemente a gestão e, por isso, opina-se pela emissão de parecer favorável à aprovação das contas de governo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ressalto, por oportuno, que esta Agente Ministerial tem o entendimento de que cabe a imputação de penalidade pecuniária ao administrador também nas contas de governo.

Curvo-me, todavia, à jurisprudência do TCE/RS, no sentido do não cabimento da multa ao gestor no tocante às contas de governo, sendo a matéria, inclusive, objeto de Súmula (“Nos processos de Contas de Governo, não cabe multa ao Administrador.” – Súmula nº 23, publicada no D.E. T de 07-04-2017).

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

2º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo dos Srs. Orlando Thomas (Prefeito) e Joaquim Bourscheidt (Vice-Prefeito), Administradores do Executivo Municipal de Mato Queimado, no exercício de 2017, com fundamento no art. 3º da Resolução nº 1.009/2014.

3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência do aponte criticado nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 1º de novembro de 2018.

FERNANDA ISMAEL,
Adjunta de Procurador.
Assinado digitalmente.